

BREVES

- Ministro das Finanças participou entre os dias 9 e 10 de Junho em Lisboa, na 46ª Reunião do Banco Africano de Desenvolvimento e 37ª Reunião do Fundo Africano de Desenvolvimento.

VEJA:

Tome Nota	2
Actualidade	4
Reportagem	9
Reportagem Virtual	14
Boas Maneiras	16
Entretenimento	17

EDITORIAL

Na semana passada, desloquei-me à Direcção Nacional do Orçamento para, na pessoa do Director Nacional do Orçamento Amilcar Tivane, perceber o que implicaria ao Ministério das Finanças a aprovação do Orçamento Rectificativo.

Tal como sugere o nome, o assunto é precisamente da alçada do entrevistado. Ao longo da nossa conversa, que poderá acompanhar no interior desta edição algo interessante se me ressaltou aos ouvidos, não porque antes nunca tivesse percebido, mas porque me abstrai de outras questões quando do assunto “Cesta Básica” se tratou. Explicou-me detalhadamente o Dr. Amilcar que o Orçamento Rectificativo atribui uma verba de 335,6 milhões de meticaís para financiar a “Cesta Básica” nas 11 capitais provinciais. A Cesta Básica vai beneficiar cerca de 1,8 milhões de moçambicanos,

de renda baixa, sendo essa estimativa com base no Inquérito do Orçamento Familiar, que concluiu que cerca de 1,8 milhões de moçambicanos que vivem nas cidades capitais provinciais está abaixo do linha da pobreza.

Na verdade o que se me levava a entabular esta conversa com o Sr. Director, não era a questão da Cesta Básica, era, sim, a questão do Orçamento Rectificativo, que inclui os custos para a “atribuição” da Cesta Básica a famílias que dela necessitem.

Importa explicar que a “Cesta Básica” não será de distribuição gratuita, como muitos perceberam e me abordaram na tentativa de encontrar alguma explicação de “alguém ligado ao Ministério das Finanças”.

Na verdade a Cesta Básica vai ser a diferença que o Governo vai pagar, caso os preços dos produtos básicos

seja, enquanto os preços se mantiverem, o cidadão continua com as suas contas habituais de consumo mensal isentando-se o Estado dessa responsabilidade.

No capítulo da despesa, concorreram para a elaboração do Orçamento Rectificativo a compensação às gasolinhas pelos prejuízos acumulados em 2010, no montante 3.619 milhões de meticaís; a disponibilidade para financiar a atribuição da Cesta Básica no valor de 335,6 milhões de meticaís; e a disponibilização da verba para acorrer aos encargos com o subsídio aos transportados no valor de 200 milhões de meticaís.

Assim, dos anteriores 132 milhões de meticaís previstos, o orçamento do Estado elevou-se para 141,7 milhões de meticaís.

P’la Editora

Janeth Cristina Kamela

e-SISTAFE foi tema de Palestra na UEM

Por: Janeth Cristina Hamela e Virgílio Impaia

A equipa de Formação do CEDSIF proferiu no dia 26 de Maio, uma palestra aos estudantes do curso de Mestrado em Administração Pública na Universidade Eduardo Mondlane.

A palestra insere-se no âmbito do plano de estudos do Mestrado, e, a convite da Direcção do Curso, iniciou-se com o habitual ABC do SISTAFE (Motivação da aprovação da Lei nº 9/2002; macroprocessos, estrutura funcional; instrumentos de integração dos macroprocessos; segurança, perfis e níveis de acesso). A abordagem enfatizou o princípio da unidade de tesouraria, segundo o qual “todos os recursos devem ser centralizados com vista a uma maior capacidade de gestão financeira, associado aos princípios de eficácia, eficiência e economicidade. Estes princípios abrangem todos os fundos de origem fiscal e não fiscal, bem como os

provenientes de operações de crédito legalmente autorizadas.”

Em relação aos benefícios decorrentes da introdução do e-SISTAFE, foram referidos, os seguintes :

- Introdução da Conta Única do Tesouro (CUT);
- Eliminação das diversas contas bancárias espalhadas pelo País;
- Melhoramento da Programação Financeira, com a eliminação do sistema de duodécimos;
- Desconcentração da execução e administração do OE;
- Execução e administração do OE feita em tempo real;
- Todas as operações feitas no e- SISTAFE são personalizadas, facilitando assim o trabalho de rastreio e controlo interno;
- Relatórios produzidos são disponibilizados em tempo real em todo o País, para facilitar a tomada de decisões;

Relativamente aos desafios que se impõem ao e-SISTAFE foram referidos, os seguintes :

- Continuar com a implantação do e-SISTAFE no sector público central, provincial e distrital bem como ao nível das autarquias e empresas públicas;
- Continuidade da valorização da pesquisa e desenvolvimento de novas soluções;
- Continuidade da criação de capacidades internas na gestão dos complexos sistemas de informação e tecnologias de informação;
- Continuidade de coordenação das iniciativas inerentes à Reforma das Finanças Públicas.

O CEDSIF fez-se representar na palestra pelos Técnicos Virgílio Elias Impaia, Antonio Chambal e Tinga Madija.

Projecto e-Tributação em Comité Executivo

Por: Janeth Cristina Hamela

Realizou-se no dia 24 de Maio na Autoridade Tributária de Moçambique (AT), a 1ª Sessão do Comité Executivo do Projecto e-Tributação.

A sessão teve por objectivo apreciar questões relacionadas como o projecto, nomeadamente:

- O Regulamento do Comité Técnico e Executivo;
- Aprovação dos Procedimentos de Contratações Públicas e Execução Financeira dos Fundos do e-Tributação;

•Financiamento do portal do Contribuinte;

•Procedimentos a usar na contratação de bens e serviços;

•Procedimentos a serem usados pela AT para lançamento dos concursos de contratação de Serviços

•Procedimentos a usar pelo Centro de Desenvolvimento e Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF) para contratação de bens e serviços;

No cômputo geral, a reunião apreciou e recomendou a aprovação do

Regulamento dos Comités Técnico e Executivo, que descrimina a composição, funções e responsabilidades e a periodicidade a que ficam sujeitos os seus encontros.

Com os Procedimentos de Contratações Públicas e Execução Financeira dos Fundos do Projecto visa-se definir os procedimentos e responsabilidades relativos à gestão e prestação de contas dos fundos alocados ao Projecto e-Tributação, orientando a utilização de fundos.

CIP em Rastreo da Despesa Pública de 2010

Por: Janeth Cristina Hamela e Virgílio Impaia

O CEDSIF participou no dia 27 de Maio no seminário de divulgação dos resultados do rastreio da Despesa Pública em 2010, organizado pelo Centro de Integridade Pública (CIP).

Os relatórios apresentados referem-se ao Fundo de Investimento Distrital, Fundo Distrital de Desenvolvimento, Fundo de Estradas, Fundo de Apoio Directo às Escolas, Fundo de Apoio a Crianças Órfãs e Vulneráveis, Fundo Descentralizado para Abastecimento de Água, Investimentos realizados pelo Governo Provincial e pelo Governo Central para o nível do Distrito. O estudo apurou que em 2010, o Governo alocou para os 15 distritos abrangidos, cer-

Trata-se, de um fundo destinado à construção e reabilitação de infra-estruturas comunitárias e administrativas. Apurou ainda, que cerca de 89.8% dos empreendimentos realizados apresentavam problemas de fraca qualidade relacionados com uso de material local de baixa qualidade. A palestra focou a questão do envio de contratos das obras ao Tribunal Administrativo para a obtenção do visto, alegadamente por ser um processo moroso e porque as obras adjudicadas são inferiores a 5.000.000.00mt, optando-se sempre pela execução directa das obras. Em relação ao fundo de Apoio Directo às Escolas, o estudo apurou que os valores envolvidos não passam

pela CUT e **não são executados pelo e-SISTAFE**. A sua alocação é feita através de cheques passados pelos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia e a justificação é feita através de recibos e carta de autorização.

O CIP recomenda que deveria haver clareza e publicidade sobre os nos investimentos ao nível distrital, com manuais de procedimentos, pois não existe mecanismo claro para o público interessado sobre o que os Governos provinciais e central pretendem realizar nos distritos. num determinado ano.

Palestra sobre Nova abordagem da Economia

Por: Janeth Cristina Hamela



Ministro das Finanças Manuel Chang, na abertura do evento.

“Economia: Uma Nova Abordagem Estruturalista” foi o tema de uma palestra proferida no Centro de Conferências Joaquim Chissano, pelo Vice-Presidente do Banco Mundial, Dr. Justin Lin, no passado dia 4 de Maio do corrente ano. A palestra abordou as várias opções disponíveis para os países em vias de desenvolvimento fomentarem novas indústrias de acordo com as suas vantagens comparativas. Antecedendo a palestra, houve uma breve informação sobre a

entidade promotora da palestra, o *World Institute for Development Economics Research*, da Universidade das Nações Unidas (UNU-WIDER), e a intervenção

volvimento Económico da Universidade das Nações Unidas, o Ministério das Finanças, o Ministério da Planificação e Desenvolvimento, o Banco de Moçambique e instituições académicas do País. Na sua alocução, o Economista fez alusão aos cerca de duzentos (200) anos que o Ocidente levou para se inovar e industrializar, cem (100) no Japão e quarenta (40) no Oriente, sendo que estes aproveitaram a vantagem de baixos salários para estimular o crescimento acelerado com base em indústrias transformadoras e promovendo serviços intensivos na absorção da mão-de-obra.

do Ministro das Finanças, seguidas da apresentação do palestrante, Justin Lin. O evento foi promovido conjuntamente pelo Instituto Internacional de Pesquisa em Desen-



Painel principal da palestra

Ainda sobre a Palestra sobre Nova abordagem da Economia

Por: Janeth Cristina Hamela



Parte da plateia da palestra

A nova abordagem estruturalista apresenta um quadro de orientação para os governos de países mais pobres promoverem novas indústrias que reflectam as suas vantagens comparativas e recomendou-se o Relatório do Banco Mundial *"African Competitiveness in Light Manufacturing Industries"* para servir de amostra e para os governos Africanos usarem-no como guia orientador.

Após o debate, reservou-se algum tempo para se sanar dúvidas e tecer-se comentários sobre o tema apresentado e para perguntas e respostas.

Habitualmente, este evento é realizado em países da Europa e Estados Unidos da América, sendo Moçambique o primeiro país não europeu nem americano

a acolher o evento.

A realização desta palestra enquadra-se no programa de palestras anuais, que acontecem desde 1997, organizados pela UNU-WIDER.

ções de vida de pessoas mais pobres no mundo.

Tem como missão prover um fórum de interacção profissional e de defesa de políticas que induzam ao crescimento robusto, equitativo e ecologicamente sustentável e promover o reforço da capacidade e formação de estudiosos e funcionários do governo em matérias de políticas económicas e sociais.

World Institute for Development Economics Research, é o primeiro centro de investigação e formação, da Universidade das Nações Unidas, estabelecido em Helsínquia, Finlândia, em 1984. A UNU-WIDER compromete-se em realizar análises políticas e investigação aplicada em questões globais sobre desenvolvimento e pobreza.

A UNU-WIDER está também vocacionada à realização de análises sobre políticas e a investigação multidisciplinar sobre mudanças estruturais que afectam as condi-



Bem atento a dissertação

Ministério das Finanças reuniu-se em Conselho Coordenador

Por: Janeth Cristina Hamela

Dando seguimento à promessa feita na nossa edição passada, segundo a qual desenvolveríamos a notícia sobre o V Conselho Coordenador do Ministério das Finanças, acompanhe a seguir:

A cidade de Inhambane foi palco entre os dias 7 e 9 de Maio, da reunião do V Conselho Coordenador do Ministério das Finanças, que juntou 123 quadros, entre funcionários e convidados.



Painel principal do Conselho Coordenador na sessão de abertura

A cerimónia iniciou com a exibição de números culturais típicos da província.

Foram três dias intensos de discussão sobre a saúde financeira

do País, sem deixar de lado a discussão sobre as medidas a tomar para fazer-se face à crise financeira que assola o mundo inteiro.

Antes de se entrar a fundo nas questões chaves do Conselho

Coordenador, a Dra. Náona Jone responsável do Núcleo Coordenador de Acções de Combate ao HIV e SIDA no Ministério das Finanças foi-lhe dada a oportunidade para proceder ao lançamento da brochura sobre “Doenças Crónicas e Cuidados Primários”, que alerta determinados aos procedimentos para os portadores de doenças crónicas.



Dra. Náona Jone responsável do Núcleo Coordenador de Acções de Combate ao HIV e SIDA no Ministério das Finanças



Presidente do Conselho Municipal de Inhambane, intervindo na qualidade de anfitrião

Ainda, sobre o Ministério das Finanças reunido em Conselho Coordenador



Entoando o Hino Nacional

Na apreciação dos temas específicos abordados ao longo dos três dias do evento, sobressaíram os que a seguir se apresentam:

Sobre a execução da Política Fiscal e Orçamental, no ano de 2010, falou-se da despesa financiada por recursos controlados directamente pelo Governo, que atingiu 95,8% e a coberta por recursos externos que atingiu 63,6%. No computo geral, a Despesa Orçamental situou-se dentro dos limites estabelecidos pela Lei Orçamental, alcançando 86,4% de realização. Assim, o Défice Orçamental teve um decréscimo de 4,6 pontos percentuais, passando dos 45,61% (de 2009), para 41,03% este ano.

Sobre a crise económica, dissemtou-se também fazendo menção ao facto de mais de 60% da despesa pública, incluindo a despesa não registada no Orçamento, serem financiados pela ajuda

externa, alertando-se para o facto de os efeitos da crise económica e financeira internacional terem no ano de 2010, prevalecido e estendendo-se até 2011, apontando-se como prova disso as dificuldades experimentadas no início de execução do Orçamento de 2011.

Segundo o Ministro, para financiar o Orçamento de 2011, as autoridades moçambicanas recorrerão também a recursos externos em 42% da pro-



Reflectindo nas matérias em debate

posta de revisão, ou seja, o correspondente a 15,8 por cento do PIB, dos quais 9,3% do PIB em donativos e os restantes 6,5 por cento em créditos.

Foram ainda discutidos vários pontos sobre as questões que se impõem como desafios de momento, a nível do Ministério das Finanças, nomeadamente:

1. A avaliação dos constran-

gimentos na cobrança das Receitas Próprias e Consignadas;

2. A avaliação do real potencial de geração e de arrecadação de Receitas de Capital;

3. A avaliação das alocações orçamentais para os sectores prioritários para o de combate á pobreza;

4. A avaliação sistémica das medidas excepcionais de mitigação da crise económica mundial e a auscultação do respectivo impacto;

5. A avaliação do impacto económico e orçamental, bem como o processo de implementação do Fundo de Desenvolvimento Distrital;

A execução da Política Fiscal traduziu-se na realização de 110,7% da Receita Estado, tendo arrecadado 63,566,1 milhões de Meticalais.



Ainda entoando o Hino Nacional

Ainda, sobre o Ministério das Finanças reunido em Conselho Coordenador



O Ministro na hora do plantio da árvore

6. A avaliação dos procedimentos para a contratação da dívida interna e como adequá-las às boas práticas internacionais;

7. A identificação e operacionalização dos mecanismos que conduzam ao reforço da acção do controlo interno nas Unidades Gestoras e Beneficiárias de recursos do Orçamento do Estado;

8. A identificação de fontes



Momento cultural

adicionais de receitas, bem como as estratégias que conduzam à elevação acelerada das Receitas do Estado;

9. A identificação de mecanismos de reforço do processo de descentralização orçamental; e

10. O desenvolvimento de



Foto de família

um plano de formação em Finanças Públicas e de desenvolvimento profissional dos quadros das Finanças Públicas.

Ficou, no final, a recomendação para o reforço da racionalização e rigor na execução da política fiscal e orçamental inerentes às medidas de contenção do



Grupos de trabalho

custo de vida.

Ao longo da sua estadia em Inhambane, os participantes do V Conselho Coordenador, puderam conhecer mais a fundo a cultura daquela Província, expressa por danças tradicionais de origem e procederam ao plantio de árvores no recinto da Escola Secundária de Muelé, na companhia dos petizes, que entretanto foram agraciados com o apetrechamento de uma sala de informática com a oferta de cinco (5) computadores.



Consolidando as discussões dos grupos de trabalho

Director Nacional do Orçamento fala do Orçamento Rectificativo

Por :Janeth Cristina

A questão da Cesta Básica, anunciada pelo Governo moçambicano, para a qual se alocaram 335,6 milhões de meticais para subsidiá-la, ainda constitui uma interrogação para muita gente.

Ela vai servir de atenuante ao elevado custo de vida para os agregados com poucos recursos, ou seja, com salário abaixo de 2500,00Mt.

A verba está inscrita na proposta de Orçamento Rectificativo, aprovado pela Assembleia da República, inclui o valor de 200 milhões de meticais (4,75 milhões de euros) para subsídio aos transportes através de um passe social.

Segundo defendeu o Governo quando anunciou a Cesta Básica, este pacote permitirá o acesso de agregados com baixos recursos a um conjunto de alimentos básicos: arroz, farinha de milho, óleo alimentar, peixe de segunda, feijão manteiga, açúcar e pão. No que concerne aos motivos da revisão orçamental, aponta-se para a existência de factores de risco, apesar do bom desempenho na execução do OE em 2010, tanto no que respeita às receitas, quanto à despesa, e aponta também

para a melhoria da envolvente macroeconómica a nível nacional e internacional.

Na conjuntura internacional, refere-se ao efeito contagiante da escalada de preços de alimentos e combustíveis como estando na origem da rectificação do OE.

Nesta edição, damos a conhecer ao estimado leitor os contornos conjunturais do que significa em termos de custos, a



Director Nacional do Orçamento, Dr. Amilcar Tivane

Cesta Básica .

O nosso entrevistado nesta edição é o Dr. Amilcar Tivane, Director Nacional do Orçamento (DNO). Acompanhe...

i-CEDSIF (iC): Quais foram as razões que ditaram que o Governo propusesse o Orçamento Rectificativo?

DNO: As razões que ditaram o Governo a propôr o Orçamento Rectificativo, foram as alterações nos pressupostos macroeconómicos, nomeadamente o crescimento económico, a taxa de inflação, a taxa de câmbio e a necessidade de manutenção do compromisso da política fiscal de aumento mínimo anual do rácio de receitas do Estado sobre o PIB

em 0,5 pontos percentuais, tendo como referência o desempenho na arrecadação de receitas registado em 2010. Quando se submeteu a proposta do Orçamento Estado de 2011 assumiu-se uma taxa de crescimento real do Produto interno Bruto (PIB) de 7,2%, uma taxa de inflação média anual de 8,0% e uma taxa de câmbio média anual do Metical em relação do dólar americano de 36,7 MT por dólar. Assumiu-se também, uma relativa estabilidade do preço do petróleo no mercado internacional em torno de 96 e 100 USD por barril; e o não agravamento dos preços dos cereais no mercado internacional. Como base, nestes pressupostos, o nível de despesa pública total, incluindo as operações financeiras para 2011, foi fixado em 132.403,1 milhões de MT, correspondente a 35,3% do PIB, coberto em 19,8% por recursos internos e em 15,5% por recursos externos. Face às alterações na envolvente macroeconómica internacional e interna caracterizadas pela subida dos preços do petróleo e alimentos no mercado internacional, conjugadas com a tendência de apreciação do Metical em relação às principais moedas, conjugadas com a tendência de apreciação do Metical em relação à principais moedas e a um desempenho acima das

Director Nacional do Orçamento fala do Orçamento

Rectificativo(2)

previsões iniciais do PIB, houve necessidade de se ajustar as metas de política macroeconómica e, por conseguinte, o Orçamento do Estado para 2011. Estas foram as condições que ditaram a revisão do orçamento em vigor.

i-C :Em que medida estas decisões pesam sobre Orçamento do Estado (OE)?

DNO – Desde finais de 2010 vem-se registando uma tendência de apreciação do metical em relação às principais moedas, com destaque para o dólar norte americano. O fortalecimento do Metical em relação do dólar tem um impacto positivo sobre o OE, na medida em que reduz os encargos orçamentais como contravalor em meticais das despesas programadas e liquidadas em moeda externa, nomeadamente, os encargos com o serviço da dívida externa, as transferências às embaixadas e as quotizações para organismos internacionais. O impacto negativo resultante da apreciação do Metical em relação ao dólar norte americano é a redução

dos influxos de recursos para a tesouraria do Estado, na medida em que reduz os contravalores em Meticais dos recursos externos canalizados pelos parceiros de cooperação na modalidade de Apoio Directo ao Orçamento, canalizados para a Conta Única do Tesouro e por via dos Fundos Comuns. As perdas nos contravalores de Apoio Directo ao Orçamento resultante das variações cambiais e estimam-se em 954,3 milhões de MT, o equivalente a 0,3% do PIB. Dados apontam a subida de preço de cereais e dos combustíveis no mercado internacional, e os problemas pelos quais atravessam os países produtores de petróleo (do norte de África) sendo Moçambique um dos países dependentes tanto de combustíveis como de cereais, e por isso teve-se que ajustar os indicadores macroeconómicos face a essa conjuntura de subida de preços de bens de consumo e bens de capital intermediários no mercado internacional.

i-C : O que os números

apontam para este ano?

DNO – A meta de arrecadação de receitas do Estado para 2011, no montante de 73.274,8 milhões de MT, o correspondente a 19,5% do PIB, foi fixada na base de uma previsão de cobrança para 2010 de 18,8% do PIB. O que sucedeu é que a os nível de realização da receita do Estado em 2010 atingiu 63.488,7 milhões de MT, Este desempenho situou-se acima da meta inicial em 10,3 pontos percentuais, ou seja, o equivalente a 19,7% do PIB, contra os 18,8% inicialmente previstos em percentagem do PIB. No que diz respeito a receita, o Estado assumiu o compromisso de aumentar o índice de fiscalidade no mínimo de 0,5 pontos percentuais do PIB por ano. Uma vez que o desempenho na arrecadação da receita do Estado em 2010 superou as previsões iniciais, ajustou-se a meta de arrecadação da receita do Estado para 2011, tendo como base o desempenho registado em 2010, passando a previsão do rácio fiscal

Director Nacional do Orçamento fala do Orçamento Rectificativo(3)

Por :Janeth Cristina

de 19,5% do PIB para 20,8% do PIB.

A receita adicional incorporada na revisão do orçamento é de 5.883,2 milhões de Meticais. Há a destacar nomeadamente:

- A incorporação de um volume de recursos adicionais no OE 2011, de 2.893,7 milhões de Meticais, relativa à inscrição de novos projectos de investimento com garantia de financiamento externo ao longo do exercício.

- O nível de despesa do Estado aumentou em 9.354,1 milhões de Meticais como resultado das actualizações das metas de receita do Estado, do financiamento externo e da meta do financiamento interno líquido que passou de 0,2 do PIB para 0,5% do PIB.

i-C :E como foram divididas as aplicações desse valor?

DNO – Em reforço dos bens e serviços das instituições do Estado, foram alocados 1.201,3 milhões; para reforço ao pacote de medidas destinadas a mitigar o agravamento do custo de vida resultante da tendência de subida dos preços dos produtos e serviços essenciais à população, através da compensação às gasoleiras pelos prejuízos acumulados em 2010 no valor

de 3.619,0 milhões de MT, ao subsídio para a Cesta Básica alocaram-se 335,6 milhões de MT, ao subsídio aos transportadores urbanos de passageiros por via do passe estão alocados 200,0 milhões de MT; e 1.126,5 milhões de



Dr. Amilcar Tivane, Director Nacional do Orçamento

MT para a comparticipação do Estado no programa de reabilitação e construção de estradas.

i-C : A questão da Cesta Básica é exequível para a realidade do nosso

País? Como pensa que funcionará?

DNO – Pensa-se, portanto, abranger 1.4 milhões de moçambicanos com renda inferior a 2.500,0 Mt mensais. Vai se realizar um recenseamento para identificar os beneficiários do subsídio. Foi já criada uma equipa multisectorial, que inclui quadros do Ministério das Finanças, Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Planificação e Desenvolvimento e Ministério da Indústria e Comércio, sendo este último o proponente da questão da Cesta Básica. O Ministério das Finanças intervém como entidade responsável pela mobilização de recursos para financiar a Cesta Básica.

i-C :E, para terminar a conversa, é importante dar a conhecer quando será accionado este subsídio?

DNO – Quando se verificar uma subida dos preços dos produtos que integram a Cesta Básica acima dos preços de referência fixados, o Estado vai subsidiar o diferencial de preços. A tarefa imediatamente a seguir, é a realização de um recenseamento para se saber quem é elegível para o efeito.

CEDSIF vai descentralizar o e-SISTAFE para mais Instituições

Por : Janeth Cristina Hamela



Momento de abertura do Seminário

No âmbito da descentralização do e-SISTAFE, o Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF) promoveu nos dias 24 e 31 de Maio, para instituições de nível central, Seminários com vista a dar cumprimento ao estabelecido na legislação em vigor, nomeadamente na Lei n.º 9/2002, de 12 de Fevereiro, e no Decreto n.º 34/2010, de 20 de Agosto, no que se refere ao prosseguimento das reformas do Sistema de Administração Financeira do Estado. O evento decorreu no Hotel VIP-Maputo, tendo sido presidido pelo Director Geral do CEDSIF, após a cerimónia de abertura feita pelo Exmo. Sr. Secretário Permanente do Ministério das Finanças.

Além de dar-se a conhecer os produtos (funcionalidades) do e-SISTAFE, a sua necessidade e os benefícios da

reforma do SISTAFE, deu-se a conhecer aos responsáveis das instituições objecto da próxima descentralização, a responsabilidade das pessoas a eleger para serem cadastradas e passarem a ser agentes e utilizadoras do e-SISTAFE.

As apresentações seguiram a seguinte sequência:

- As acções do Controlo Interno às UGE's;
- A prestação de Contas, através de:
 - a) Relatórios Gerenciais;
 - b) Conta de Gerência das UGB's e UGE's;
 - c) Responsabilidades das UGE's;
 - d) Conta Geral do Estado.

Na sua explanação, os formadores levaram ao conhecimento dos participantes as vantagens da descentralização do e-SISTAFE para as suas instituições, o risco de não se monitorar e rastrear as operações de pagamento de despesas nas instituições que dirigem.



Dr. Chambar, palestrante do CEDSIF

- A Execução e Fases da Realização da Despesa;
- O acompanhamento e Controlo da Execução Orçamental;
- Os Processos Administrativos da Execução Orçamental ;



Bem atentos à explicação

CEDSIF vai descentralizar o e-SISTAFE para mais Instituições(2)



Parte do painel do Seminário

Orçamental.

Espera-se, com o Seminário, contribuir para uma melhor orientação da gestão de Finanças Públicas transparente e responder às



Dr. Virgílio, palestrante do CEDSIF

Foi ainda objecto da apresentação a explanação de quem é elegível para ser cadastrado; quem pode acumular mais que um perfil; que perfil não é acumulável com outro, etc.

No final das apresentações, reservou-se um período para a sessão de perguntas, dúvidas e esclarecimentos, no qual todos puderam aperceber-se dos con-



Sessão de perguntas e respostas

mente preparados para o exercício das suas funções.

O passo a seguir será de procedimentos técnicos, nomeadamente, a montagem do equipamento e o treinamento de agentes para a utilização do e-SISTAFE.



Escutando a explicação

financeira nas instituições do Estado.

A próxima fase é a formação dos agentes que deverão operar o e-SISTAFE, para os utilizadores estarem técnica-



Momento de apresentação

Curiosidade: Servidores Exadata

Por : Eric Ribeiro

O CEDSIF prepara-se para modernizar a sua infraestrutura tecnológica, adquirindo máquinas de Base de Dados para garantir a operação diária e cópias de Segurança mais modernas.

*Para se perceber melhor, de que se trata, o consultor Eric Ribeiro da **Divisão de Desenho e Transição de Serviços**, explica-nos detalhadamente, o que é este equipamento...*

Exadata, ou Máquina de Base de Dados (DBM) ou ainda Oracle Sun Database Machine.

O que é este equipamento ou máquina?

É uma solução para bases de dados Oracle, composta por Servidor de Armazenamento de dados, Servidores de Base de Dados e Conectividade (Hardware) e Sistema Operativo, Exadata Software e Software de base de dados. Basicamente o

Exadata é um Pacote composto por Servidores de Bases de Dados e de Armazenamento de Dados, interligados através de tecnologia InfiniBand (barramento serial que oferece 2.5 Giga-bits (312 MB/s) por segundo e por par de cabos, um para enviar e outro para receber dados).

Em relação ao Software, os servidores de bases de dados (*database servers*) utilizam o Oracle Enterprise Linux (OEL) ou Redhat Enterprise Linux (RHEL) como Sistema Operativo e rodam a Base de Dados Oracle (Database 11gR2) com inúmeras novas funcionalidades.

Os Servidores de armazenamento de dados usam o Exadata Storage Cell software, responsável pela inteligência na gestão do repositório de Dados (*storage*).

As versões comercializadas actualmente são a Quarter Rack (2 database servers + 3 storage servers), Half Rack (4 database + 7 storage servers) e Full Rack (8

database servers + 14 Storage servers). Os servidores são escaláveis, podendo ir de uma versão *quarter* para *half*, *half* para *full* e até 8 *full racks*, que podem ser interligados sem a necessidade de comprar equipamento adicional para interconexão, ou seja, apenas interligando os Racks através de tecnologia InfiniBand.

A Instituição está já em processo de adquirir duas máquinas Oracle Exadata X2-2 Half Rack, uma para o Centro de Dados Primário e outra para o Centro de Dados de Segurança (Backup), no âmbito do projecto de migração da infraestrutura da Bases de Dados e com capacidade para atender as necessidades do CEDSIF, ou seja, os projectos do e-Sistafe (MEX, MEO, e-Folha, e-CAF, e-Inventário, e-Património), Integração (e-Cut e Adfundos), SGRH, o Projecto e-Tributação (ETM), entre outros.

Curiosidade: Servidores Exadata

Por : Eric Ribeiro

Quais os benefícios de se adquirir esse equipamento?

A máquina Oracle Exadata permite, dentre outros ganhos, os seguintes:

- É um mecanismo eficiente de compressão de dados na ordem de 10 a 50 vezes;
- Aumenta cerca de 10 vezes a performance das bases de dados;
- Executa 1.5 milhões de operações de I/O em 1 segundo;
- Reduz o custo de uso de energia eléctrica em cerca de 70%;
- Reduz a ocupação do espaço físico nos Centros de Dados em cerca de 65%;
- Garante um suporte integrado e otimizado na instalação e configuração das máquinas pelo próprio fornecedor;

- É uma única máquina de Base de Dados com uma grande capacidade de armazenagem;
- Baixa os custos de equipamento (Total Cost of Ownership);
- Aumenta a capacidade de armazenagem (storage), sem comprometer o desempenho e disponibilidade do servidor;
- A assistência técnica mensal é realizada pela própria Oracle num período de 01 ano incluída no contrato de aquisição.



Figura Ilustrativa da máquina Oracle Sun Exadata X2-2 Full Rack

Saber estar e ser

Conheça algumas normas de **BOAS MANEIRAS**:

No Automóvel: - se é o homem quem conduz, a mulher senta a seu lado, o outro a direita.

Escada: o homem sobe sempre a frente ou a senhora a seu lado na descida. No caso de senhora idosa, o homem deve procurar ajudá-la, mas sem melindrá-la. Há pessoas idosas que detestam ser ajudadas.

Gesticular: gestos são permitidos, mas discretamente para dar ênfase a uma palestra.

Apontar: não aponte, só quando é absolutamente necessário, mas tome cuidado para não esbarrar em outra pessoa.

Telefone: é o empregado mais solícito e rápido que a era moderna nos proporcionou. Ele deve ser usado para recados rápidos, informações ou convites. Devemos falar ao telefone com voz clara e pausada. O certo é dizer o nome do dono de casa em vez do número. Quando o telefo-

nema é uma atenção social de pessoa mais graduada à menos graduada, a primeira que chama é quem desliga.

Falar alto: - não se fala sempre com um surdo, mesmo os surdos percebem melhor quem fala claro. Numa discussão, não procure abafar a voz do parceiro, tenha bons argumentos, convence mais.

Bolsos: não ponha a mão nos bolsos da calça, é muito feio e deselegante. Quando está frio há os bolsos do sobretudo ou mesmo do paletó. Bolso de calça nunca.

Assoar: é preferível assoar-se ao invés de continuar fanhoso, com o nariz carregado e fungando. Se está resfriado é preferível fazê-lo antes de ir a mesa. Em mesa íntima, é necessário pedir licença, ir assoar fora e voltar em seguida, do que procurar conter-se.

Bocejo: se não puder evitá-lo, levante-se dê uma volta e afaste-se por um momento do grupo.

Espirrar: o lenço deve ser usado para silenciar, quan-

to possível o espirro, não deve ser evitado com contracção. .

Tossir: ao tossir deve-se levar o lenço a boca para abafar e evitar salivas.

Restaurante: ao entrar no restaurante, o homem vai a frente da mulher ou lado a lado, havendo espaço. É o homem quem puxa a cadeira para a mulher sentar-se

Despedida: quando alguém parte, convém ser atencioso, mas não ficar grudado ao viajante. Talvez ele queira dizer alguma coisa de particular a um dos presentes e ficar constrangido em não poder fazê-lo, sem tomar a terceira pessoa pelo braço, afastando-se ambos do grupo. Caso não possa ficar até o momento da partida, dê um pretexto razoável, deixando-a com os melhores votos de uma boa viagem.

Erro (gaffe): - quando cometemos uma falha, o mais certo é deixar que ela caia por si só. Tentar corrigir o que se fez ou se disse é pior. Sendo outra pessoa ajudemo-la a mudar de conversa.

Cotovelos: - cuidado com eles a mesa. A boa maneira condena essa atitude feia.

**Esperando...
Pelo
Homen
Perfeito.**



A esperança é última a morrer

Discussão intensa entre casal

Um casal vinha por uma estrada do interior, sem dizer uma palavra. A discussão tinha sido intensa e nenhum deles queria dar o braço a torcer. Ao passarem por uma quinta em que havia vacas e porcos, o marido perguntou com ar sarcástico:

- Parentes teus?

E respondeu ela sem hesitar:

- Sim... Cunhados e sogra.

CEDSIF

Endereços:

Av. Guerra Popular n.º 20 4.º andar
Tel: (+258) 21 30 53 70
Fax: (+258) 21 30 97 84.

Servicedesk:

servicedesk@sistafe.gov.mz
webmaster@sistafe.gov.mz

LEGISLAÇÃO ACTUAL

- Lei n.º 09 / 2002, de 12 de Fevereiro – que cria o SISTAFE – Sistema de Administração Financeira do Estado;
- Decreto n.º 23 / 2004, de 20 de Agosto – que aprova o Regulamento do SISTAFE;
- Diploma Ministerial n.º 261/2004, de 20 de Dezembro – que cria a Estrutura Funcional do SISTAFE;
- Diploma Ministerial n.º 260/2004, de 20 de Dezembro – que estabelece a administração da Conta Única do Tesouro (CUT).
- Decreto n.º 15/2010, de 24 de Maio – que aprova o Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado.
- Decreto n.º 23/2007, de 9 de Agosto – que aprova o Regulamento do Património do Estado.



Ficha Técnica:

Director Geral : Augusto Sumburane

Directores Gerais - Adjuntos: Jacinto Muchine e Tricamo Tajú

Directora do Serviço de Organização e Modernização: Florência Marrão Suamade

Editora : Janeth Cristina Hamela

Redactoras : Janeth Cristina Hamela e Sheyla A. O. R Fernandes

Revisão : Dr. Augusto Sumburane

CEDSIF